

CONTENÇÃO DE EROSÃO EM MARGEM DO CÓRREGO DE ALMEIDA COM TÉCNICAS VEGETATIVAS

Evaldo de Melo Ferreira, Antônio Pasqualetto

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL – PUC GOIÁS

Introdução

A proteção de áreas que margeiam corpos d'água é algo previsto em lei federal. Estas são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP) e possuem entre outras, a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e proteger o solo (BRASIL, 2012). A impermeabilização do solo é um importante parâmetro urbanístico que reflete o impacto antrópico sobre o sistema de drenagem de águas pluviais (GAROTTI; BARBASSA, 2010). A recuperação de áreas degradadas é possível, porém trata-se de um processo lento e difícil (ALVES; SUZUKI, Akihiro; SUZUKI, Akiyoshi, 2007). Caporal (et al, 2011) diz que: “Voçorocas podem ser controladas por meio de práticas mecânicas e de revegetação”. As práticas conservacionistas mecânicas envolvem, por exemplo, a movimentação de solo na construção de patamares e terraços, e as de revegetação, são os plantios de florestas, repovoamento vegetativo e/ou florestas que foram esgotadas (EPAMIG, 2009). O presente trabalho tem como objetivo propor medidas para recuperar parte das margens do Córrego do Almeida no município de Aparecida de Goiânia, com a adoção de práticas conservacionistas vegetativas.

Métodos, procedimentos e materiais

O Córrego do Almeida está localizado na Alameda Antônio Alves Neto no Jardim Maria Inês em Aparecida de Goiânia, GO. Suas águas são utilizadas como manancial receptor de efluentes de indústrias localizadas próximo. Na área erosões e voçorocas estão presentes. Para a realização dos trabalhos deve-se primeiramente cercar a área onde se localiza a erosão. Em um dos pontos mais críticos, localizado nas coordenadas 16°45'04,32''S e 49°15' 39,96''O, medidas para melhor estabilidade do solo devem ser tomadas. A próxima fase do processo de recuperação é a escolha de espécies que possuem bom enraizamento e que forneçam estabilidade ao solo. Estas serão escolhidas de acordo com os diferentes grupos ecológicos sucessionais. As espécies do estágio inicial de sucessão (pioneiras ou sombreadas) são importantes para que as espécies dos estágios finais (não pioneiras ou clímax) tenham condições adequadas para seu desenvolvimento. A terceira etapa do processo é o coroamento (capina com enxada), com um raio de 80 centímetros em volta da planta, que deverá ser coberto com matéria orgânica morta (palha de arroz ou serragem) após o plantio. As covas para o plantio devem ter diâmetro de 40 cm e profundidade de igual dimensão. O espaçamento recomendado é de 3,0 metros entre cada muda. Aconselha-se a aplicação de calcário devido a acidez dos solos do cerrado, juntamente com esterco na proporção de 20 litros por cova e 150 g de mistura de adubo na fórmula NPK 10:10:10.

Resultados e discussão

Com o isolamento inicial da área, a circulação de alguns animais, como, equinos e bovinos reduzirá, diminuindo sensivelmente a compactação do solo, entre outros danos. Estes animais são oriundos de criações próximas, e de moradores que trabalham com a segregação de resíduos sólidos recicláveis. A recomposição florística proposta no presente trabalho tem como resultado principal retornar a área que margeia o curso d'água semelhante ao natural. Essa recomposição permitirá o reequilíbrio do ambiente, evitando o contínuo carreamento de solo no período de chuvas para a calha do manancial e o conseqüente assoreamento do mesmo, algo que já ocorre. Em um período médio de um ano, a vegetação gramínea estará desenvolvida, aumentando a estabilidade do solo. Não foi abordado medidas para desassoreamento do córrego. Para que tal ocorra é necessário o uso de maquinário, onde o leito do rio terá sua profundidade aumentada.

Conclusão e referências

A manutenção de vegetação em áreas que margeiam corpos hídricos é essencial para a proteção de cursos hídricos, algo que em se tratando de cidades, depende essencialmente de melhores políticas de urbanização; A adoção das práticas e os custos de implantação devem ocorrer por parte do proprietário de parte da área, e também da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, confirmando-se desta forma a importância da integração entre poder público e privado para a Gestão Ambiental em áreas Verdes; Este estudo pode ser aplicado em áreas que possuam problemas similares, devendo-se realizar adequações de acordo com a realidade do meio.

ALVES, M. C; et. al. Densidade do solo e infiltração de água como indicadores da qualidade física de um Latossolo Vermelho distrófico em recuperação. Viçosa: Revista Brasileira de Ciência do Solo, 2007. 9p. BRASIL. Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras

providências. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 10 jul. 2012. CAPORAL, A. G. et al. Revegetação espontânea de voçoroca na região de Cerrado, Mato Grosso do Sul, Brasil. São Paulo: Hoehnea, 2011. 18p. EPAMIG. Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais-Práticas Conservacionistas. Minas Gerais: FAPEMIG, 2009. 11p. GAROTTI, L. M; BARBASSA, A. P. Estimativa de área impermeabilizada diretamente conectada e sua utilização como coeficiente de escoamento superficial. Rio de Janeiro: Engenharia Sanitaria e Ambiental, 2010. 19p.

Palavras-Chave: Saneamento Ambiental; Gestão Ambiental de Áreas Verdes; Técnicas Conservacionistas Vegetativas; Área de Preservação Permanente.

Contato: evaldodemeloferreira@gmail.com